

COMUNICAÇÃO, GÊNERO E EDUCAÇÃO: NOVAS PERSPECTIVAS PARA O ENSINO E A PRÁTICA DO JORNALISMO¹

COMMUNICATION, GENDER AND EDUCATION: NEW PERSPECTIVES FOR THE TEACHING AND PRACTICE OF JOURNALISM

Ana Paula Veloso Silveira Teodoro Rodarte²

Érika Alfaro de Araújo³

Mauro de Souza Ventura⁴

Resumo

O objetivo deste trabalho é promover articulações entre educação, gênero e jornalismo, situado no campo da comunicação. A proposta é analisar as diretrizes do Minimanual de Jornalismo Humanizado – Jornalismo Esportivo, produzido pela ONG feminista Think Olga, por meio de reflexões sobre o ensino do jornalismo e a possibilidade de uma prática mais plural. O argumento principal é que a inserção das discussões de gênero e de outros marcadores sociais, como raça, classe e sexualidade, na formação de profissionais, bem como a revisão de modelos hegemônicos e masculinos – que marcam o jornalismo esportivo –, em iniciativas como a do documento, seriam capazes de gerar transformações nos modos de fazer jornalismo. Após uma análise qualitativa, é possível apontar que o material busca identificar padrões históricos de reprodução de relações de poder baseadas na desigualdade de gênero e sugerir caminhos para superá-los.

Palavras-chave: Comunicação. Jornalismo. Jornalismo Esportivo. Educação. Gênero.

Abstract

The aim of this study is to foster connections between education, gender, and journalism, within the field of communication. The proposal is to analyze the guidelines of the Minimanual de Jornalismo Humanizado – Jornalismo Esportivo, produced by the feminist NGO Think Olga, through reflections on journalism education and the possibility of a more diverse practice. The main argument is that incorporating discussions on

¹ Trata-se de versão revista e ampliada do trabalho apresentado no Seminário Internacional Fazendo Gênero 13, realizado entre 29 de julho e 2 de agosto de 2024, na cidade de Florianópolis-SC.

² Doutora em Comunicação pela Universidade Estadual Paulista (Unesp/Bauru). Mestra em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto e graduada em Jornalismo pela mesma instituição. Integrante do Grupo de Estudos Comunicação e Epistemologias Feministas (GECEF). E-mail: a.rodarte@unesp.br

³ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus Bauru-SP, com pesquisa financiada pela FAPESP (processo n. 2022/00984-0). Mestra em Comunicação e graduada em Jornalismo pela mesma instituição. E-mail: erika.araujo@unesp.br

⁴ Livre-docente em Jornalismo pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), Doutor em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela FFLCH-USP, Mestre em Jornalismo e Editoração pela ECA-USP e Jornalista graduado pela PUCRS. Atualmente, é professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Unesp Bauru.

gender and other social markers, such as race, class, and sexuality, into the training of professionals, along with revising hegemonic and masculine models that dominate sports journalism, through initiatives like the one presented in the document, could lead to transformative changes in journalism practices. Following a qualitative analysis, it is possible to conclude that the material aims to identify historical patterns of power relations based on gender inequality and to suggest pathways to overcome them.

Keywords: Communication. Journalism. Sports Journalism. Education. Gender.

Introdução

Na introdução de *Ensinando a transgredir: educação como prática libertadora* (2013), a educadora, escritora e feminista bell hooks⁵ rememora sua trajetória pelos caminhos da educação. Sua formação, enquanto mulher negra, foi construída, ainda na infância, em um contexto marcado por um espaço escolar exclusivamente negro. A autora descreve o comprometimento de suas professoras – também mulheres pretas – em conhecer as alunas e os alunos, assim como em reafirmar a importância da educação como resistência. Contudo, com a integração racial nos Estados Unidos, aquele ambiente emancipador e de estímulo foi substituído por escolas brancas e não engajadas com a luta antirracista (hooks, 2013).

Esse cenário perdurou por longos anos na vida da escritora, especialmente na graduação e na pós-graduação. Mesmo com esses ecos educacionais negativos, bell hooks se manteve firme rumo à carreira de educadora. Ela acreditava na possibilidade de outras formas de educação e foi nessa época que conheceu os saberes do educador e pensador brasileiro Paulo Freire.

A autora percebeu que a união das perspectivas de Freire com a inspiração no estar e no fazer de suas antigas professoras e o pensamento feminista, que a acompanhava em seu percurso pessoal e profissional, era a resposta para sua prática pedagógica. hooks (2013), ao narrar suas vivências de ensino-aprendizagem nos ensaios que compõem sua obra, defende e nos convida a repensar, uma prática de ensino

⁵ A grafia do pseudônimo em letras minúsculas é uma escolha da autora, Gloria Jean Watkins, que adotou “bell hooks” em homenagem à bisavó e assina todas as suas obras dessa maneira.

apoiada na transgressão, no atravessar os limites dos preceitos que envolvem o educar e o aprender.

Com base no conteúdo de *Ensinando a transgredir*, ponderamos sobre os ensinamentos de bell hooks (2013) quanto movimento de partilha; não apenas no sentido de dividir, mas como um gesto que incita a participar, dialogar, trocar e escutar – sempre em uma relação com o Outro. É a partir dessa leitura que a Comunicação emerge como parte da discussão deste trabalho. Aqui, comprehende-se a comunicação “em seu sentido original de tornar comum, de compartilhar, presente no termo latino *communicare* [...]”⁶ (Barros; Brogna, 2022, p. 139). A definição, além de enfatizar um tipo específico de comunicação, pautado no modelo relacional, reforça que, segundo Freire (1983, p. 44), “o mundo humano é, desta forma, um mundo de comunicação”.

Barros e Brogna (2022) observam que o legado do brasileiro nos inspira à possibilidade da prática educativa como instância libertadora, que contempla a construção da autonomia por meio do despertar do senso crítico e da valorização da dimensão sensível das interações humanas. Os autores pontuam que o despertar e a “partilha do sensível”, em uma referência a Rancière⁷, ocorrem no lugar social e no tempo histórico em que convivem os sujeitos dos processos pedagógicos e comunicacionais, e afirmam que “[...] a comunicação é uma das bases desse processo, entendida como espaço do diálogo, em que educando e educador são sujeitos humanizados que ensinam e aprendem em comunhão”⁸ (Barros; Brogna, 2022, p. 133).

Para Berger (2011), Paulo Freire é incluído entre os pesquisadores da comunicação por um livro – *Comunicação ou extensão*. Na obra, o educador, em oposição ao difusionismo, critica o extensionismo ao interpretá-lo como transmissão,

⁶ Tradução nossa. Do original: “la comunicación en su sentido original de volver común, de compartir, presente en el término latino *communicare* [...]”.

⁷ RANCIÈRE, J. **A partilha do sensível**: estética e política, 2^a ed. São Paulo, SP: EXO organizacional/Editora 34, 2009.

⁸ Tradução nossa. Do original: “[...] a comunicación es una de las bases de ese proceso, entendida como espacio de diálogo en el que educador y educando son sujetos humanizados que enseñan y aprenden en comunión. Comunicación, aquí tomada como acto de compartir e interacción, y no como mera transmisión”.

ou seja, não há um fluxo de trocas, apenas o envio das mensagens de um ponto a outro, o que, com efeito, impossibilita às/-aos receptoras/es as trocas, a participação e o exercício do conhecimento. De acordo com Freire (1983, p. 46), “a educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados”.

Neste trabalho, buscamos articular Comunicação, Educação e Estudos de Gênero, em especial no Jornalismo. Veiga da Silva (2014) sustenta que o gênero do Jornalismo é o masculino, pois a construção das notícias, desde a escolha das pautas, enfoques, fontes, valores-notícia, bem como as funções e os valores profissionais estão entremeados por aspectos socialmente atribuídos às masculinidades. Em outro trabalho, a autora pondera que a prevalência dessa característica, associada a outros elementos das rationalidades do sistema-mundo, também está presente no âmbito universitário. Ademais, “historicamente a Universidade vem servindo como um espaço mais dado à reprodução (de conhecimentos, de valores, de hierarquias, etc.) e menos às condições criativas e ao exercício da práxis” (Veiga da Silva, 2015, p. 263).

Logo, algumas questões são levantadas: como o ensino do Jornalismo pode fazer com que futuras/os profissionais se atentem às discussões sobre desigualdades, especialmente de gênero, raça, classe e sexualidade? E de que modo podemos renovar o fazer jornalístico a partir de novos contextos formativos e socioculturais? Desta maneira, o objetivo deste artigo é analisar as diretrizes do *Minimanual de Jornalismo Humanizado – Jornalismo Esportivo*, produzido pela ONG feminista Think Olga, por meio de reflexões sobre a educação jornalística e uma prática mais inclusiva e plural. Defendemos que os processos educacionais não se restringem ao ambiente acadêmico, estando presentes nas relações, produtos e práticas sociais. Ou seja, a sociedade é constituída por demandas culturais, comunicacionais, políticas e históricas, e são as sujeitas e os sujeitos os responsáveis por atender e lutar por essas mudanças.

Comunicação, Educação e Gênero: um diálogo possível (e necessário)

A articulação entre Gênero, Comunicação e Educação pressupõe uma etapa prévia de discussão conceitual. Assim, tomamos como base a observação de Scott (2019, p. 54), para quem o gênero “é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos”. Segundo a pesquisadora:

O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos ou que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (Scott, 2019, p. 54).

Parte marcante da atração exercida pelo conceito de gênero, para Piscitelli (2002, p. 1), está no convite que oferece para um “novo olhar sobre a realidade, situando as distinções entre características consideradas femininas e masculinas no cerne das hierarquias presentes no social”. Nesse sentido, ao acionar o conceito como uma forma de rejeição a determinismos biológicos, a partir da ideia de que as características limitantes e normativas atribuídas aos gêneros são construções, recorremos à noção de que essas podem ser transformadas de forma que as vivências se tornem mais livres, mais plurais e mais amplas.

Pedro (2005, p. 78) acrescenta que “o uso da palavra ‘gênero’ tem uma história que é tributária de movimentos sociais de mulheres, feministas, gays e lésbicas. Tem uma trajetória que acompanha a luta por direitos civis, direitos humanos e, enfim, igualdade e respeito”. Logo, com o tempo e após diversos debates, o conceito de gênero se desloca para um campo de disputas de poder (Bertasso; Nascimento; Gustafson, 2020).

Pensar a Comunicação com uma abordagem de gênero, para Cremona e Spinelli (2013), supõe um aporte fundamental para desenvolver criticamente elementos que possibilitem construções sem exclusão e com equidade, observando que essa postura requer uma reflexão crítica que favoreça os processos comunicativos, entendidos como processos de produção de conhecimento, práticas e sentidos.

As autoras argumentam que as diversas formas de discriminação existentes encontram nos meios de comunicação espaços de produção e reprodução, resultando em produtos comunicacionais carregados de estereótipos, os quais são exibidos para toda a sociedade. Por isso, as mídias são compreendidas não apenas como transmissoras de informação ou de entretenimento, mas como espaços de formação subjetiva na medida em que constituem agentes de questionamento a partir dos quais os sujeitos reconhecem, modificam, reafirmam e transformam suas práticas cotidianas (Buenfil Burgos, 1992).

Isso implica, de acordo com a interpretação de Cremona e Spinelli (2013), que as representações hegemônicas construídas e reconstruídas pela mídia estão inscritas no tecido da cultura, na vida cotidiana e no senso comum, inclusive nos noticiários. Para as autoras, é necessário entender a importância de poder desatar aqueles significados que parecem fixos, naturais, neutros e imanentes, os quais acabam por reproduzir desigualdades e aprofundar a exclusão e a discriminação – como são as construções sociais, midiáticas e culturais a partir do gênero.

Alfaro (2015, p. 34) defende que “os projetos [comunicacionais] têm que dar conta, permitir que se expressem” e atender a “[...] múltiplos sujeitos e suas identidades. Não podemos uni-los sob uma denominação falsamente homogeneizadora, mas sim garantir o exercício da autoestima e do diálogo”⁹. Na perspectiva em que olhamos para sujeitas e sujeitos múltiplos, destacamos a importância da interseccionalidade enquanto ferramenta teórico-metodológica, já que

⁹ Tradução nossa. Do original: “Los proyectos tienen que dar cuenta, permitir que se expresen [...] múltiples sujetos y sus identidades. No podemos unirlas bajo una denominación falsamente homogenizadora, sino garantizar el ejercicio de la autoestima y del diálogo”.

o conceito fornece estrutura para explicar como categorias de raça, classe, gênero, idade e estatuto de cidadania posicionam as pessoas de maneira diferente no mundo (Collins; Bilge, 2021).

Akotirene (2019) sustenta que a interseccionalidade tem como propósito oferecer instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural de racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, os quais seriam produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais. Ao analisar o movimento feminista negro, arcabouço teórico no qual a interseccionalidade está localizada, Collins (2019) afirma que a vulnerabilidade das mulheres negras a agressões no ambiente de trabalho, na rua, em casa e nas representações feitas pelos meios de comunicação são fatores que fomentam a luta do feminismo negro.

No campo da Comunicação, em especial no Jornalismo, a inserção de demandas relativas ao gênero¹⁰ e ao pensamento interseccional ainda é uma realidade distante nas grades curriculares e na formação universitária de jornalistas. Muitos cursos de graduação em Jornalismo, em suas diretrizes e abordagens pedagógicas, desconsideram que o jornalismo, embora se guie por cânones e preceitos, não é uma práxis fixa e imutável, mas sim feita de continuidades e renovações. Ou seja, o fazer jornalístico está inserido em um ambiente atravessado por fenômenos, ações, práticas coletivas e mudanças socioculturais.

Conforme formulam Bertasso, Nascimento e Gustafson (2020), em sociedades generificadas, como é o caso do Brasil, a construção das relações de gênero acontece a partir dos mais diversos espaços, sendo o jornalismo um dos locais privilegiados no processo. As autoras consideram o jornalismo uma esfera de mediação e construção de

¹⁰ Os Estudos de Gênero não se limitam às mulheres, abrangendo os estudos *queer* e das masculinidades. No contexto deste trabalho, é relevante destacar a investigação realizada por Moura e Sousa (2022), que examina a inserção do gênero na formação das jornalistas brasileiras. Cf.: MOURA, Flávia de Almeida; SOUSA, Nayara Nascimento de. If not in the classroom, where? Gender issues in the educational formation of Woman journalists in Brazil. *Journal of Latin American Communication Research*, v. 10, n.1-2, p. 65-82, 2022.

sentidos, sendo um dos espaços sociais de consolidação e/ou transformação dos valores sociais. Veiga da Silva (2014), ao estabelecer relações entre jornalismo e cultura, identifica o caráter pedagógico do jornalismo:

Da instância pedagógica cultural representada pela mídia, o jornalismo é um dos principais articuladores da produção dos saberes cotidianos que orientam a (e se orientam na) cultura. A função pedagógica do jornalismo pode ser percebida na reprodução e na circulação do acervo de conhecimentos socialmente construídos e culturalmente legitimados que ajudam a informar os sujeitos na contemporaneidade (Veiga da Silva, 2014, p. 33).

Considerando o poder simbólico do jornalismo e partindo da premissa da cultura como *locus* fundante das desigualdades sociais, bem como primordial para a construção da subjetividade, entendemos que os discursos noticiosos são dotados de significados importantes para a compreensão das relações de poder e a construção de sujeitos.

Da Fonseca (2018), em um estudo que propõe a aplicação da pedagogia de Paulo Freire às diretrizes curriculares do curso de Comunicação Social, problematizando o ensino de Jornalismo, observa que o pensador enfatiza que o compromisso de uma/um profissional com a sociedade deve incluir a decisão lúcida e profunda de provocar transformações concretas. “A educação defendida por Paulo Freire é aquela que propõe ao estudante a reflexão sobre si mesmo, sobre seu tempo, suas responsabilidades e seu papel no novo clima cultural de sua época” (Da Fonseca, 2018, p. 183).

No Brasil, algumas graduações em Jornalismo oferecem disciplinas que debatem a relação entre jornalismo/comunicação e gênero, como é o caso da eletiva *Gênero e Jornalismo* da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), a optativa *Relações de Gênero e Comunicação* da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), e a optativa *Jornalismo e Gênero* da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)¹¹. Esta última é o objeto de reflexão do trabalho “Jornalismo e gênero: a emergência de uma disciplina

¹¹ De acordo com as informações do site do *Jornalismo UFSC*, o currículo do curso está em implementação progressiva e conta, atualmente, com a disciplina obrigatória *Jornalismo, Identidade, Diversidade e Gênero*. Disponível em: <https://jornalismo.ufsc.br/> Acesso em: 19 ago. 2024.

e um relato de docência compartilhada” (2020), produzido pelas professoras responsáveis Daiane Bertasso, Fernanda Nascimento e Jessica Gustafson.

As pesquisadoras contam que a iniciativa partiu das reivindicações do *Coletivo Jornalismo Sem Machismo* da universidade. Para as integrantes do grupo, a disciplina era “[...] fundamental para as discussões sobre a responsabilidade do Jornalismo na produção/reprodução de narrativas que perpetuam o machismo, o sexism e a misoginia” (Bertasso; Nascimento; Gustafson, 2020, p. 03). O Departamento de Jornalismo e as docentes, além de adotarem a proposta, estruturaram o plano de ensino junto às alunas, priorizando diálogo, trocas, sugestões e horizontalidade.

Bertasso, Nascimento e Gustafson (2020) também salientam a urgência de que as temáticas debatidas na disciplina específica não se restrinjam ao ambiente e ao espaço das salas de aula. Para as autoras, tratar sobre gênero e sexualidade, assim como outros marcadores de diferença, como raça, classe, etnia e geração, enquanto assuntos transversais, é outro grande desafio da empreitada assumida por docentes e por um expressivo número de estudantes que apostam no jornalismo como prática de transformação social.

Aqui, despontam duas questões que merecem reflexão. A primeira diz respeito às estudantes e seus processos emancipatórios. No curso de Jornalismo da UFSC, as alunas, cujas experiências as fizeram identificar o machismo que as afetava nas esferas acadêmica, profissional e social, foram responsáveis pela inclusão da disciplina no currículo através da palavra (no sentido de intervenção), como aponta Freire (1987). Já a segunda questão tem relação direta com a anterior: como criar disciplinas, abordagens e renovar as práticas jornalísticas se, na análise de Veiga da Silva (2014), o gênero do jornalismo é masculino? Não há respostas corretas e/ou definitivas para esses pontos. Contudo, a própria mídia e as iniciativas de cunho comunicacional e/ou social, sobretudo feministas, vêm demonstrando que é possível produzir um jornalismo plural e inclusivo, como veremos mais adiante.

Objeto e metodologia

Considerando o objetivo deste trabalho de promover articulações entre Comunicação, Educação e Gênero, selecionamos como objeto o *Minimanual de Jornalismo Humanizado – Jornalismo Esportivo*. Nossa análise se concentra nas reflexões sobre o ensino do jornalismo e o contínuo aprendizado da profissão, com foco na possibilidade de uma prática profissional mais plural.

O material é produzido pela ONG feminista *Think Olga*, fundada em 2013, que tem como propósito “sensibilizar a sociedade para as questões de gênero e intersecções, além de educar e instrumentalizar pessoas que se identifiquem como agentes de mudança na vida das mulheres” (*Think Olga*, [s.d.]). O projeto inaugural da *Olga* foi a campanha contra o assédio sexual, *Chega de Fiu Fiu*, que se transformou em outras ações como o *Mapa Chega de Fiu Fiu* e em uma cartilha de combate ao assédio sexual.

Com o histórico de atividades e campanhas de grande alcance, a *Think Olga* lançou, de 2016 a 2018, o *Minimanual de Jornalismo Humanizado*¹², cuja sétima parte é dedicada ao Jornalismo Esportivo, e tem como máxima o pensamento: “a imprensa pode (e deve) ser melhor”¹³. O documento está disponível na página da organização, em formato PDF, e é de livre acesso.

Com base na formulação de Veiga da Silva (2014), de que o gênero do jornalismo é masculino, situamos o caso da imprensa esportiva que, ao longo de sua história, “compactuou, reforçou e ajudou a construir os mecanismos de discriminação com base no gênero” (Araújo, 2023, p. 161). No próprio manual, a escolha dessa cobertura é fundamentada em diversas evidências, incluindo um levantamento da *Women’s Sports Foundation* que mostrou que apenas 3% do noticiário esportivo é dedicado à cobertura de atletas e competições femininas.

¹² As primeiras seis partes têm como título, respectivamente: Violência contra a mulher; Pessoas com deficiência; Racismo; Estereótipos nocivos; LGBT; e Aborto.

¹³ A citação está presente em todos os exemplares do *Minimanual de Jornalismo Humanizado*.

Além da pouca visibilidade, outra questão é como as mulheres são retratadas: em matérias “que destacam seus atributos físicos, sexualizam seus corpos” e abordam temas que fogem às questões técnicas e profissionais, ou seja, “reforçam estereótipos e desvalorizam o esporte feminino” (Think Olga, 2018, p. 7).

O guia está dividido em oito tópicos que contém recomendações de boas práticas relacionadas à cobertura jornalística dos esportes. São eles: 1- Atletas são profissionais, não musas; 2- Galerias obscenas; 3- Juízo de valor sobre os corpos das atletas; 4- Se provar feminina; 5- Redução ao papel de esposa; 6- Maternidade; 7- Endosso a atitudes machistas; e 8- Protagonismo mal colocado. A partir da leitura e interpretação do material, propomos uma divisão em três eixos para a análise qualitativa: o primeiro inclui os itens 1, 2 e 3, que tratam das problemáticas relativas aos corpos femininos e ao olhar masculino; o segundo, com os itens 4, 5 e 6, refere-se aos estereótipos de gênero e aos padrões impostos de feminilidade; por fim, o terceiro, identificado nos itens 7 e 8, tange ao fazer jornalístico da cobertura esportiva. Vale ressaltar que todos os pontos do manual têm relação com a práxis jornalística, mas os dois últimos trabalham diretamente com processos de tratamento das informações. Para este trabalho, nos aprofundaremos no terceiro eixo.

Análise empírica

Para a análise qualitativa do terceiro eixo do *Minimanual*, começamos pelo item 7, *Endosso a atitudes machistas*, que evidencia a necessidade de uma postura crítica da mídia e de suas/seus profissionais em relação à perpetuação, ao apoio e ao reforço de conteúdos sexistas, destacando de que forma isso acontece com a reprodução mecânica da fala/atitude de fontes:

Em um ambiente predominantemente masculino e excluente como o mundo esportivo, atitudes machistas de jogadores, técnicos, dirigentes, clubes, torcedores e federações eventualmente ocorrerão. Muito além de não apoiar essas atitudes, a mídia esportiva deve se posicionar contra elas e, se necessário, fazer críticas para que os leitores, espectadores e demais agentes do mundo esportivo se

conscientizem e parem de se sentir à vontade para destilar preconceitos e afastar as mulheres do esporte (Think Olga, 2018, p. 21).

A partir de notícias reais, a publicação nos ajuda a compreender não apenas como o fazer jornalístico necessita ser reflexivo para não reproduzir valores socioculturais dominantes e danosos, mas também a urgência de as/os jornalistas assumirem sua subjetividade nessas produções (Moraes, 2022).

Imagen 1 – Item sete do documento “Endosso a atitudes machistas”

7 ENDOSSO A ATITUDES MACHISTAS

Em um ambiente predominantemente masculino e excluente como o mundo esportivo, atitudes machistas de jogadores, técnicos, dirigentes, clubes, torcedores e federações eventualmente ocorrerão. Muito além de não apoiar essas atitudes, a mídia esportiva deve se posicionar contra elas e, se necessário, fazer críticas para que os leitores, espectadores e demais agentes do mundo esportivo se conscientizem e parem de se sentir à vontade para destilar preconceitos e afastar as mulheres do esporte.

Um caso recente foi a apresentação do novo uniforme do Atlético-MG, no início de 2016. No desfile para mostrar o fardamento à imprensa, os modelos estavam vestindo apenas a camisa do Galo e uma calcinha. A ação rendeu uma série de críticas e manifestos, até por parte da torcida do Atlético, mas um jornalista esportivo renomado gerou polêmica ao dizer que o clube “enfim havia entendido o público-alvo do futebol”, reforçando a premissa de que os fãs do esporte são todos homens e heterossexuais que querem ver mulheres de calcinha. Além de excluente e sexista, essa lógica ainda desconsidera o potencial mercado de mulheres que gostam e querem consumir notícias sobre futebol.

Por mais que a ausência de mulheres no comando das instituições que comandam o esporte abra espaço para o reforço de preconceitos e estereótipos entre cartolas, a imprensa não deve apoiar atitudes que desrespeitem as mulheres. O jornalista deve, sempre que possível, problematizar a atitude e chamar o leitor para a reflexão.

“Juras de amor” entre Marin e Del Nero e dançarinas sexy fecham Paulista

[HTTP://ESPORTES.UOL.COM.BR/FUTEBOL/CAMPONATO-PAULISTA/ULTIMAS/NOTICIAS/2014/04/12/JURAS-DE-AMOR-ENTRE-MARIN-E-DEL-NERO-E-DANC](http://esportes.uol.com.br/futebol/campeonato-paulista/ultimas/noticias/2014/04/12/juras-de-amor-entre-marin-e-del-nero-e-danca)

A Federação Paulista de Futebol contratou dançarinas para a festa de premiação do Campeonato Paulista 2014. A matéria classifica essas mulheres como “sexy” e “sensuais” e as coloca como protagonistas sexualizadas da premiação de futebol onde o foco deveriam ser os atletas premiados. As mulheres ganharam destaque por serem meros enfeites da festa.

Em 2014, a auxiliar de arbitragem Fernanda Colombo assinalou um impedimento inexistente contra o Cruzeiro em clássico com o Atlético-MG. Após a partida, a bandeirinha foi duramente criticada pelo ex-diretor de futebol do Cruzeiro, Alexandre Mattos: “Se ela é bonitinha, que vá posar na Playboy. No futebol tem que ser boa de serviço. Ela não tem preparo”, disse Mattos à época.

Mattos detona arbitragem de musa em clássico: “Ela não tem preparo”

[HTTP://ESPORTES.UOL.COM.BR/FUTEBOL/CAMPONATO-PAULISTA/ULTIMAS/NOTICIAS/2014/04/12/MATOS-DETONA-ARBITRAGEM-DE-MUSA-EM-CLASICO](http://esportes.uol.com.br/futebol/campeonato-paulista/ultimas/noticias/2014/04/12/matus-detona-arbitragem-de-musa-em-clasico)

A matéria acima chama a bandeirinha de “musa” e, na primeira linha, reforça que Fernanda chama atenção pela beleza e ainda lembra que o “destaque da beleza feminina no futebol não é novidade”, emitindo juízo de valor e reforçando o pensamento de que o maior atributo da auxiliar é sua beleza, sendo que o destaque deveria ser seu trabalho como bandeirinha.

20

21

Fonte: Minimanual de Jornalismo Humanizado – Jornalismo Esportivo (Think Olga, 2018)

A escolha das palavras ou expressões é um exemplo de como a prática pode ser repensada. Embora esteja ligada ao repertório e ao contexto social de quem produz, a construção textual também reflete a posição que essa/esse profissional defende e/ou ignora. Assim, quando uma/um comunicadora/comunicador, ao se referir a uma mulher, utiliza termos como “musa” em vez de “árbitra”, “atleta” ou seu nome, como apontado no guia, está expondo uma visão preconceituosa e estereotipada que sinaliza

que os atributos físicos são mais relevantes do que o desempenho e as conquistas no esporte. Não à toa que um levantamento da Universidade de Cambridge, realizado em 2016, expôs que, na mídia esportiva, as palavras mais associadas às mulheres na língua inglesa são “mais velha”, “grávida”, “casada” e “solteira”, enquanto as referências aos homens eram acompanhadas de adjetivos como “forte”, “rápido”, “grande” e “incrível” (Think Olga, 2018).

Palavras não são neutras; indicam formas de valorizar ou depreciar alguém e/ou algo. Como explicam Chaher e Santoro (2007), a língua não apenas não é neutra, como reflete a relação existente entre os gêneros na sociedade, bem como a posição da mulher nesta relação. “A língua é o espelho no qual a sociedade se reflete. O predomínio do masculino na sociedade significa que o masculino determina o uso da língua. De fato, o gênero masculino prevaleceu sobre o feminino”¹⁴ (Chaher e Santoro, 2007, p. 141).

Numa concepção pragmática do Jornalismo, não podemos deixar de considerar que o olhar da/do repórter molda/deforma as escolhas que fazemos na prática profissional, e isso informa os diferentes aspectos que regem o fazer jornalístico, como os critérios de noticiabilidade, a escolha das fontes, as perguntas que fazemos (e como as fazemos) e até o modo como narramos uma reportagem.

Assim, a imprensa esportiva, para superar coberturas estereotipadas, deve romper com a canonizada (e suposta) objetividade jornalística, ensinada nos cursos de Jornalismo e amplamente adotada pelos meios de comunicação, que cria representações sociais excludentes e reducionistas. É necessário que o jornalismo e suas/seus responsáveis questionem o que está dado, em um movimento de escuta ao público e suas demandas, mas, sobretudo, de ação por uma práxis que preze pela apuração, qualidade da informação e formação de senso crítico.

Assim, a oitava recomendação, “*Protagonismo mal colocado*”, não se desvia desses aspectos fundamentais no aprender-fazer das/dos jornalistas. Não há uma boa

¹⁴ Tradução nossa. Do original: “La lengua es el espejo en el que la sociedad se refleja. El predominio de lo masculino en la sociedad significa que lo masculino determina el uso de la lengua. De hecho el género masculino ha prevalecido sobre el femenino”.

cobertura jornalística sem pesquisa, fontes diversas, checagem dos fatos, olhar aprofundado e plural. Esses são alguns dos elementos básicos no dia a dia de qualquer profissional que deseja exercer sua função com qualidade. Contudo, dentro do cenário esportivo, esses aspectos frequentemente se perdem pois, muitas/muitos partem do pressuposto que apenas os atletas homens alcançam o sucesso.

Imagen 2 – O item oito do documento tem como título “Protagonismo mal colocado”

8 PROTAGONISMO MAL COLOCADO

Outra questão bem presente no jornalismo esportivo é quando os jornalistas desconsideram os feitos das mulheres no esporte ao entrevistarem os atletas homens. No tênis, dois casos envolvendo o escocês Andy Murray ficaram famosos. Na Olimpíada do Rio, um jornalista questionou: “Você é a primeira pessoa na história a ganhar duas medalhas de ouro olímpicas no tênis. Uma façanha extraordinária, não?”. O tenista respondeu: “Venus e Serena (Williams) ganharam umas quatro cada uma”.

Murray voltou a repreender um repórter em julho de 2017. Eliminado por Sam Querrey nas quartas de final de Wimbledon, o tenista não deixou passar uma pergunta que desconsiderava os feitos das mulheres tenistas e o colocava Querrey como o primeiro jogador dos Estados Unidos a avançar às semifinais. “Jogador masculino”, corrigiu o tenista. Só a norte-americana Serena Williams, por exemplo, somou 14 títulos de Grand Slam desde 2009. Para que o esporte feminino seja valorizado, é preciso que os jornalistas levem as atletas e competições a sério e não menosprezem seus feitos esportivos.

Andy Murray exalta tenistas ao rebater pergunta machista de jornalista

<https://www.aleph.ppg.com.br/2020/07/01/protagonismo-mal-colocado/>

Nos dois casos mostrados, precisou o próprio tenista mostrar ao jornalista que ele estava equivocado em sua abordagem, que acabava diminuindo os feitos das tenistas.

22

23

Fonte: Minimanual de Jornalismo Humanizado – Jornalismo Esportivo (Think Olga, 2018)

Um episódio emblemático apresentado no *Minimanual* é a entrevista com o tenista Andy Murray, na qual um jornalista, de forma equivocada, o elogiou como o primeiro a ganhar duas medalhas de ouro olímpicas na modalidade. Em resposta, Murray apontou que as irmãs Serena e Venus Williams já haviam conquistado pelo menos quatro medalhas cada uma. Ou seja, mais do que um caso de falta de preparo por parte do jornalista, a situação evidencia o viés misógino da imprensa esportiva profissional, que invisibiliza e deslegitima as atletas mulheres e seus feitos.

A ex-tenista Serena Williams é uma mulher negra que desafiou (e segue desafiando) as convenções historicamente brancas do mundo do tênis. Ao longo de sua carreira vitoriosa, inclusive, teve sua imagem atrelada à “brutalidade”, em contraponto à uma “feminilidade” hegemônica (Costa e Souza, 2019).

Os itens analisados evidenciam a missão do *Minimanual* de revisitar velhos padrões machistas na cobertura esportiva e apontar caminhos para que estes sejam superados. Ainda que sejam compostos de recomendações que podem ser lidas como “básicas” – já que consistem em apontamentos como não ser acrítico na reprodução de declarações de fontes e pesquisar as modalidades de forma a considerar o legado feminino de cada uma delas –, tratam-se de transformações significativas para um campo historicamente dominado por homens.

Além disso, é necessário frisar que as orientações do documento focam em mulheres, sem contemplar suas diversidades e interseccionalidades. Não há, por exemplo, menções às mulheres negras, lésbicas ou com deficiência. Embora o projeto do *Minimanual do Jornalismo Humanizado* apresente nas partes II, III e V, respectivamente, “Pessoas com deficiência”, “Racismo” e “LGBT”, os cruzamentos de tais discussões com o jornalismo esportivo não são promovidos na edição analisada. Considerar que a formulação do documento aconteceu em 2018 e que, desde então, os debates sobre o esporte e sua cobertura avançaram pode contribuir para o apontamento de que iniciativas dessa natureza também precisam progredir, promover autocriticas e ser revisitadas.

Considerações finais

A partir da perspectiva teórica apresentada, com a articulação entre Comunicação, com ênfase no Jornalismo, Educação e Estudos de Gênero, e da análise do material produzido pela *Think Olga*, é possível destacar algumas considerações finais. Primeiro que não há dúvidas sobre a jornada por novos (ou atualizados) ensino e fazer jornalístico – que incluem não apenas o gênero, mas também raça, classe, etnia, idade

e mais – demandar esforço coletivo, reflexões no campo e o comprometimento com mudanças.

Iniciativas como o *Minimanual de Jornalismo Humanizado – Jornalismo Esportivo* são exemplos de como as transformações podem começar a acontecer: identificar padrões históricos de reprodução de relações de poder baseadas na desigualdade de gênero e sugerir caminhos para superá-los. A partir da demonstração de acertos e erros noticiosos no campo do esporte, o documento, com acesso aberto e disponível para ampla divulgação, aponta a viabilidade de um jornalismo humanizado, aberto a novos tratamentos.

O guia, na verdade, apresenta um movimento duplo que inclui a necessidade de alterações e de permanências. Isso porque, no eixo três, selecionado para essa investigação, o item 7 desafia noções sobre a objetividade jornalística ao propor que, diante de demonstrações de machismo e misoginia, a/o jornalista deve problematizar a postura, adotar uma perspectiva crítica e chamar o público para a reflexão. Ao mesmo tempo que o item 8 recomenda colocar em prática princípios já bem estruturados e consolidados do jornalismo: apuração, pesquisa e aprofundamento. O tensionamento está no fato de que, para que os acontecimentos sejam narrados de forma completa e precisa – isto é, para que o trabalho jornalístico seja bem-feito –, é fundamental legitimar a trajetória e as conquistas de mulheres no esporte.

O material da *Think Olga* é pensado fora dos espaços hegemônicos e acadêmicos, o que não diminui sua aplicabilidade e potencialidade. Na verdade, apenas demonstra que o ensino e a práxis precisam andar pelos mesmos trilhos, se entrecruzando e dialogando. Assim, no cenário educacional, mesmo que não haja muitas disciplinas com foco no jornalismo/comunicação e gênero, as/os educadores podem (e devem) inserir e estimular suas/seus alunas/os na produção de reportagens, busca de fontes, enfoques e debates com base no gênero, tal qual em outros marcadores sociais. Quando encorajadas/os a ressignificar aquilo que está dado, essas/esses estudantes se assumem enquanto seres autônomos e remodelam o futuro da profissão.

Já no contexto da práxis, é essencial que os meios de comunicação deem um giro em sua proposta editorial e, inclusive, no retorno do público. Propostas como o *Minimanual* indicam apenas uma das muitas possibilidades de se pensar um jornalismo mais inclusivo, diverso e atual. Cabe às redações e às/-aos suas/seus profissionais a compreensão da importância do fazer jornalístico como vetor de transformação social, política e cultural.

Por fim, nas palavras de Freire (2013, n.p.), “[...] a desesperança nos imobiliza e nos faz sucumbir no fatalismo em que não é possível juntar as forças indispensáveis ao embate recriador do mundo. Não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico”.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Polém, 2019.
- ALFARO, Rosa María. **Una comunicación para otro desarollo**: para el diálogo entre el norte y el sur. Lima: Calandria, Asociación de Comunicadores Sociales, 2015.
- ARAÚJO, Érika Alfaro. **Mulheres em campo**: gênero no jornalismo esportivo brasileiro. Curitiba: Appris, 2023.
- BARROS, Laan Mendes de; BROGNA, Marcos de Souza. La educación en Paulo Freire como “reparto de lo sensible”: educomunicación y estesia. *In: MARTINO, Bettina; LLAVER, Nora. Recrear, reinventar. Paulo Freire 100 años*. Mendoza: FCPYS – UNCuyo, 2022.
- BERGER, Christa. A pesquisa em comunicação na América Latina. *In: HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera V. Teorias da Comunicação*: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BERTASSO, Daiane; NASCIMENTO, Fernanda; GUSTAFSON, Jessica. “Jornalismo e gênero: a emergência de uma disciplina e um relato de docência compartilhada”. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 2, 2020.
- BUENFIL BURGOS, Rosa Nidia. **“Análisis del discurso y educación”**, publicado por el Departamento de Investigaciones Educativas, Centro de Investigación y de Estudios Avanzados del Instituto Politécnico Nacional, México DF, DIE 26, 1992.
- CHAHER, Sandra e SANTORO, Sonia. **Las palabras tienen sexo**: introducción a un periodismo con perspectiva de género. Buenos Aires: Artemisa Comunicación Ediciones, 2007, 1a. ed.

CREMONA, María Florencia; SPINELLI, Eleonora. Género, comunicación y educación. **Tram[p]as de la Comunicación y la Cultura**; n. 74, Facultad de Periodismo y Comunicación Social/UNLP, 2013.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COSTA, Luciana Miranda; SOUSA, Raissa Lennon Nascimento. O OUTRO DO OUTRO: SERENA WILLIAMS E A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA MULHER NEGRA NA MÍDIA. **Aturá - Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, [S. I.], v. 3, n. 1, p. 87–102, 2019. DOI: 10.20873/uft.2526-8031.2019v3n1p87. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/atura/article/view/6660>. Acesso em: 8 jul. 2024.

DA FONSECA, André Azevedo. A pedagogia de Paulo Freire e o projeto pedagógico de Jornalismo. **Revista Brasileira De Ensino De Jornalismo**, v. 3, n.13, 2018.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. *Livro Digital*.

HOOKS, bell. **Ensinand o transgredir**: a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

MORAES, Fabiana. **A pauta é uma arma de combate**: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza. Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, São Paulo, USP, v. 24, n. 1, p. 77-98, 2005.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? *In: ALGRANTI, Leila Mezan (org.). A prática feminista e o conceito de gênero*. Campinas: IFCH/ Unicamp, 2002.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). Pensamento Feminista*: conceitos fundamentais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

THINK OLGA, **Minimanual de Jornalismo Humanizado. Parte VII: Jornalismo Esportivo**. 2018. Disponível em: <https://thinkolga.com/ferramentas/> Acesso em: 9 jul. 2024.

THINK OLGA. **Sobre Nós, [s.d]**. Disponível em: <https://l1nq.com/3maCt>. Acesso em: 8 jul. 2024.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Masculino, o gênero do jornalismo**: modos de produção das notícias. Florianópolis: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. **Saberes para a profissão, sujeitos possíveis**: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e as implicações dos regimes de poder-saber nas possibilidades de encontros com a alteridade. 2015. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

Data do envio: 30 /09/2024.

Data do aceite: 11/12/2025.